ISSN: 2358-8829

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA: PANORAMA DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS DESENVOLVIDAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO SEMESTRE 2026.1

Grazieli Brito da Silva[1]
Raimunda Nonata Fortes Braga[2]

INTRODUÇÃO

A extensão universitária ocupa, no ordenamento jurídico e pedagógico da educação superior brasileira, o lugar de uma das três funções indissociáveis da instituição de ensino, ao lado do ensino e da pesquisa. Embora esse princípio esteja inscrito no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, a extensão foi historicamente tratada como atividade complementar, eventual e, não raras vezes, dependente da iniciativa individual de docentes. Esse quadro começou a se alterar de forma mais consistente com a Estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), que determinou assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, e com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior e tornou obrigatória a sua inserção na matriz curricular dos cursos (Brasil, 2018).

O processo que se convencionou chamar de curricularização da extensão desloca, assim, a atividade extensionista da periferia para o centro da formação acadêmica. Não se trata apenas de cumprir uma exigência de carga horária, mas de reorganizar o currículo de modo que o aluno aprenda na interação com a comunidade, mobilizando conhecimentos de sua área para compreender e intervir em problemas concretos. Como alertam Imperatore, Pedde e Imperatore (2015), o desafio está em não reduzir a curricularização a um acréscimo de atividades ao currículo existente, mas em "extensionalizar" o próprio currículo, reconfigurando as relações entre conteúdos, metodologias e território.

[1] Mestra em Educação, Faculdade do Baixo Parnaíba - MA, grazibs96@gmail.com;
[2] Professor orientador: Mestra em Educação, Faculdade do Baixo Parnaíba - MA, nonybraga@terra.com.br.

ISSN: 2358-8829

Nas instituições de pequeno e médio porte situadas no interior do país, essa reorganização assume contornos particulares. A Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), localizada em Chapadinha, no Maranhão, insere-se em uma região marcada por demandas sociais expressivas nas áreas de saúde, educação, acesso à justiça e desenvolvimento socioeconômico, o que confere à extensão um papel estratégico tanto para a formação dos alunos quanto para a relação da instituição com o município e seu entorno. Na FAP, o acompanhamento dessas ações é realizado pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão (NUPEX), responsável por orientar, registrar e sistematizar as atividades extensionistas vinculadas aos componentes curriculares. Dar visibilidade a essas experiências contribui para a avaliação interna, para o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos e para o debate sobre a extensão em faculdades do interior nordestino, realidade ainda pouco representada na literatura.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar o panorama das ações de curricularização da extensão desenvolvidas nos cursos de graduação da FAP no semestre letivo 2026.1, identificando as estratégias metodológicas adotadas, as temáticas abordadas e as contribuições percebidas para a formação dos alunos e para a relação entre a instituição e a comunidade local. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência de natureza descritiva e abordagem qualitativa, construído a partir do acompanhamento institucional realizado pelo NUPEX e da análise dos registros produzidos pelos cursos de Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Fisioterapia e Pedagogia.

Os resultados indicam que as ações, distribuídas em cerca de quarenta e cinco componentes curriculares, do primeiro ao nono período, ampliaram o diálogo entre a faculdade e o município, fortaleceram competências profissionais dos alunos e consolidaram a extensão como dimensão formativa do currículo. Ao mesmo tempo, evidenciam como desafio o aprimoramento dos registros e da avaliação sistemática dos impactos sociais, aspecto retomado nas considerações finais.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem qualitativa. O relato de experiência, conforme Mussi, Flores e Almeida (2021), constitui modalidade legítima de produção de conhecimento quando descreve de forma sistematizada uma vivência acadêmica ou profissional, explicita seu contexto e

seus procedimentos e oferece reflexão crítica fundamentada sobre ela. Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, uma vez que se propõe a observar, registrar e analisar os fatos sem neles interferir, e, quanto à abordagem, qualitativa, pois privilegia a interpretação dos significados das ações em seu contexto (Marconi; Lakatos, 2017). A opção por essa modalidade justifica-se pelo fato de as autoras atuarem no acompanhamento institucional das ações extensionistas, o que possibilitou acesso direto ao processo de planejamento, execução e registro das atividades.

O cenário da experiência foi a Faculdade do Baixo Parnaíba, instituição de ensino superior situada no município de Chapadinha, na mesorregião leste maranhense. O recorte temporal compreendeu o primeiro semestre letivo de 2026 (2026.1), e o levantamento abrangeu os cinco cursos de graduação que desenvolveram ações de curricularização no período: Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Fisioterapia e Pedagogia. Ao todo, foram contemplados cerca de quarenta e cinco componentes curriculares, distribuídos do primeiro ao nono período.

As ações extensionistas da instituição são organizadas em núcleos temáticos que agrupam os componentes segundo sua afinidade com as áreas de formação e com as demandas do território. No período analisado, as atividades vincularam-se a quatro núcleos: socioeconomia, jurídico, saúde e educação. Essa organização por núcleos orientou tanto o planejamento das ações pelos docentes quanto a sistematização realizada neste trabalho.

A produção dos dados deu-se por meio do acompanhamento das atividades pelo NUPEX ao longo do semestre e da análise documental dos registros institucionais, tais como planos de ensino dos componentes com carga horária extensionista, propostas de ação apresentadas pelos docentes, relatórios de execução e materiais produzidos pelos alunos, a exemplo de cartilhas, informativos e registros de eventos. Na classificação de Marconi e Lakatos (2017), esses procedimentos combinam a documentação indireta, por meio da pesquisa bibliográfica que sustentou o referencial teórico e da pesquisa documental realizada em fontes primárias produzidas pela própria instituição, com a documentação direta, representada pela observação das atividades no decorrer do semestre. A análise documental foi compreendida como procedimento que permite extrair de fontes produzidas no próprio contexto institucional informações relevantes para a compreensão do fenômeno estudado (Gil, 2017).

O material reunido foi tratado com base na análise de conteúdo temática, nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados (Bardin, 2016). Na pré-análise, realizou-se a leitura flutuante dos registros de cada curso; na exploração do material, as ações foram agrupadas segundo a estratégia metodológica empregada e a temática abordada; e, na etapa interpretativa, as categorias emergentes foram discutidas à luz do referencial sobre extensão e curricularização. Desse percurso resultaram três categorias analíticas: (a) estratégias metodológicas das ações extensionistas; (b) temáticas e núcleos de atuação; e (c) contribuições formativas e sociais e desafios da curricularização.

Por tratar-se de relato fundamentado em registros institucionais, sem coleta de dados individuais e sem identificação de participantes, o estudo enquadra-se nas situações previstas no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CNS nº 510/2016, que dispensa o registro e a avaliação pelo sistema CEP/CONEP de pesquisas voltadas ao aprofundamento teórico de situações que emergem da prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar os sujeitos (Brasil, 2016). Nenhuma imagem de participantes é apresentada neste trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

A extensão como função indissociável da educação superior

A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao dispor, em seu artigo 207, que as universidades "obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por sua vez, incluiu entre as finalidades da educação superior a promoção da extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (Brasil, 1996). Embora a obrigatoriedade constitucional se dirija às universidades, as diretrizes posteriores estenderam a exigência de extensão curricular a todas as instituições de educação superior, incluindo faculdades e centros universitários.

A trajetória da extensão no Brasil, contudo, não foi linear. Nogueira (2005) mostra que, durante décadas, predominaram concepções assistencialistas e de prestação de serviços, nas quais a instituição levava à comunidade um saber pronto, sem reciprocidade. A consolidação de uma concepção dialógica deve muito ao Fórum de Pró-Reitores de

ISSN: 2358-8829

Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), cuja Política Nacional de Extensão Universitária definiu a extensão como processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição e outros setores da sociedade, orientado pelas diretrizes de interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação do aluno e impacto e transformação social (FORPROEX, 2012).

Essa concepção encontra fundamento na crítica formulada por Freire (1983) ao próprio termo "extensão". Para o autor, estender um conhecimento a alguém pode significar transmiti-lo de forma unilateral, desconsiderando os saberes e a realidade de quem o recebe, o que configuraria uma forma de invasão cultural. Em contraposição, Freire propõe a comunicação, isto é, uma relação dialógica na qual os sujeitos se educam mutuamente, mediatizados pelo mundo. Essa perspectiva é central para compreender a extensão curricularizada como espaço de produção compartilhada de conhecimento, e não como mera aplicação de conteúdos aprendidos em sala de aula.

Santos (2004), ao discutir a crise de legitimidade da universidade no século XXI, também defende que a extensão ocupe lugar de destaque no projeto institucional, articulando-se a uma ecologia de saberes que reconheça a validade dos conhecimentos produzidos fora da academia e promova o diálogo entre o saber científico e os saberes populares. Na mesma direção, Gadotti (2017) sustenta que a extensão só se realiza plenamente quando se torna parte do processo formativo, ultrapassando o voluntarismo e o assistencialismo para assumir caráter pedagógico e emancipatório.

A curricularização da extensão: marco normativo e desafios

O marco normativo mais recente da extensão é a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que a define nos seguintes termos:

> A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018, p. 49).

A resolução determina que as atividades de extensão componham, no mínimo, dez por cento da carga horária curricular do aluno dos cursos de graduação, fazendo parte da matriz curricular, e estabelece como modalidades os programas, projetos, cursos e

oficinas, eventos e prestação de serviços (Brasil, 2018). Estabelece, ainda, que as atividades devem envolver diretamente as comunidades externas às instituições e que os alunos devem atuar como protagonistas de sua execução, além de prever a autoavaliação crítica da extensão como parte dos processos institucionais de avaliação.

Imperatore, Pedde e Imperatore (2015) chamam a atenção para o risco de uma curricularização meramente formal, na qual a carga horária extensionista é registrada nos documentos sem que se modifiquem as práticas pedagógicas. Para os autores, curricularizar a extensão exige repensar o currículo a partir de problemas reais, integrando teoria e prática em uma lógica interdisciplinar e situada. Esse entendimento dialoga com a noção de indissociabilidade: ao atuar junto à comunidade, o aluno mobiliza conteúdos de ensino, produz dados e questionamentos que alimentam a pesquisa e devolve à sociedade conhecimentos e intervenções construídos coletivamente.

Outro elemento relevante é o protagonismo dos alunos. A formação para a autonomia, tal como concebida por Freire (1996), implica que o aluno não seja espectador do processo educativo, mas sujeito que problematiza a realidade, toma decisões e assume responsabilidades. Na extensão curricularizada, esse protagonismo se expressa quando os alunos participam do diagnóstico das demandas, do planejamento das intervenções, da elaboração de materiais e da condução das atividades junto à comunidade, sob orientação docente. É nesse movimento que a extensão se converte em dimensão formativa, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e cidadãs.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são apresentados a partir das três categorias analíticas construídas na análise dos registros institucionais: as estratégias metodológicas adotadas nas ações, as temáticas e núcleos de atuação e as contribuições formativas e sociais, acompanhadas dos desafios identificados no processo de curricularização.

Estratégias metodológicas das ações extensionistas

O primeiro aspecto que se destaca no panorama do semestre 2026.1 é a diversidade de estratégias metodológicas mobilizadas pelos cursos. As ações materializaram-se em visitas técnicas a instituições públicas e a organizações da sociedade civil, rodas de escuta e de conversa, levantamento de dados em campo, elaboração de cartilhas e informativos para divulgação digital, oficinas formativas, ações

educativas em saúde e propostas de intervenção interdisciplinares. Parte significativa dessas atividades teve culminância em eventos abertos à comunidade, com a participação de convidados externos.

Essa variedade é coerente com as modalidades previstas na Resolução CNE/CES nº 7/2018 e revela que os cursos não se limitaram a um único formato de atividade. As visitas técnicas e o levantamento de dados em campo desempenharam, em muitos casos, a função de diagnóstico, aproximando os alunos das instituições e dos contextos em que as demandas se manifestam. As rodas de escuta e de conversa, por sua vez, expressam a dimensão dialógica defendida por Freire (1983): antes de propor soluções, os alunos foram chamados a ouvir os sujeitos da comunidade, reconhecendo seus saberes e suas formas de compreender os problemas vividos.

A elaboração de cartilhas e informativos para divulgação digital merece destaque por dois motivos. Em primeiro lugar, trata-se de produtos concretos, que permanecem disponíveis após o encerramento das atividades e ampliam o alcance das ações para além do público presencial. Em segundo lugar, sua produção exige do aluno a tradução do conhecimento técnico-científico para uma linguagem acessível, competência essencial para profissionais que atuarão junto à população. Esse exercício aproxima-se da interação dialógica proposta pelo FORPROEX (2012), na medida em que o conhecimento acadêmico é reelaborado em função das necessidades e da linguagem dos destinatários.

As oficinas formativas e as ações educativas em saúde evidenciam o caráter educativo da extensão, enquanto as propostas de intervenção interdisciplinares apontam para a superação do isolamento entre os componentes curriculares. A realização de eventos abertos, com participação de convidados externos, funcionou como momento de socialização dos resultados e de encontro entre a instituição e diferentes atores do município. Em conjunto, essas estratégias indicam que o percurso metodológico se orientou pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pelo protagonismo dos alunos, pois os alunos estiveram envolvidos desde o planejamento até a execução e a divulgação das ações.

Temáticas e núcleos de atuação

A segunda categoria diz respeito às temáticas abordadas, que se organizaram em torno dos quatro núcleos temáticos da instituição. No núcleo de socioeconomia, sobressaíram-se ações voltadas à gestão e ao planejamento organizacional, temática

ISSN: 2358-8829

diretamente vinculada à formação em Ciências Contábeis e às necessidades de pequenos empreendimentos e organizações locais. Também foram desenvolvidas ações sobre sustentabilidade e resíduos sólidos, tema que dialoga com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010) e com a responsabilidade compartilhada entre poder público, setor produtivo e sociedade na gestão ambiental.

No núcleo jurídico, as ações concentraram-se na educação jurídica voltada à democracia, ao enfrentamento da violência e à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade. Essas atividades têm especial relevância em municípios do interior, onde o acesso à informação sobre direitos e sobre a rede de proteção costuma ser limitado. Ao promover a educação em direitos, os alunos de Direito exercitam a função social da profissão e contribuem para que a população conheça os instrumentos disponíveis para a defesa de sua cidadania, o que corresponde à diretriz de impacto e transformação social (FORPROEX, 2012).

No núcleo de saúde, que reuniu ações dos cursos de Enfermagem e Fisioterapia, as temáticas abrangeram a promoção da saúde materno-infantil, a saúde do idoso e a saúde mental de trabalhadores. Essa distribuição revela atenção a diferentes ciclos de vida e a grupos que demandam cuidado específico. As ações educativas em saúde, nesse contexto, assumem caráter preventivo e de promoção, articulando os conteúdos das disciplinas às necessidades identificadas no território e aproximando os futuros profissionais dos serviços e das populações com as quais irão atuar.

No núcleo de educação, vinculado ao curso de Pedagogia, as ações contemplaram alfabetização, ludicidade, cultura digital, educação antirracista e educação inclusiva. Tais temáticas acompanham debates contemporâneos da educação básica e dialogam com marcos legais como a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira (Brasil, 2003) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Ao desenvolverem oficinas e propostas de intervenção sobre esses temas, os alunos aproximam-se do cotidiano escolar e das demandas reais de professores, crianças e famílias do município.

A análise do conjunto temático permite afirmar que as ações não se restringiram a conteúdos estritamente disciplinares, mas buscaram responder a questões sociais relevantes para o território. Esse aspecto é coerente com a perspectiva de Santos (2004), segundo a qual a legitimidade da instituição de ensino superior depende de sua capacidade de dialogar com os problemas da sociedade em que está inserida. Observa-se, ainda, que

ISSN: 2358-8829

temas como sustentabilidade, proteção de vulneráveis e saúde mental atravessam mais de uma área, o que abre possibilidades para o fortalecimento de ações interdisciplinares entre os núcleos.

Contribuições formativas e sociais e desafios da curricularização

A terceira categoria reúne as contribuições percebidas e os desafios identificados. Constatou-se que as ações ampliaram o diálogo entre a instituição e o município, ao aproximar a faculdade de escolas, serviços públicos, organizações da sociedade civil e diferentes grupos da comunidade. Essa aproximação fortalece o papel da instituição como agente do desenvolvimento local e cria vínculos que podem sustentar ações de continuidade nos semestres seguintes.

Do ponto de vista formativo, as ações fortaleceram competências profissionais dos alunos, como a comunicação com públicos diversos, o trabalho em equipe, o planejamento e a execução de intervenções, a produção de materiais educativos e a leitura crítica da realidade social. Esse resultado converge com a diretriz de impacto na formação do aluno (FORPROEX, 2012) e com a compreensão de Gadotti (2017) de que a extensão, quando integrada ao currículo, deixa de ser atividade acessória para constituir experiência formativa. O fato de as ações estarem distribuídas do primeiro ao nono período indica, ademais, que a extensão acompanha o aluno ao longo de todo o percurso formativo, e não apenas em momentos isolados do curso.

A organização das ações em componentes curriculares, com acompanhamento do NUPEX, contribuiu para consolidar a extensão como dimensão formativa curricular, superando a lógica de atividades eventuais e dependentes da iniciativa individual. Nesse sentido, a experiência da FAP aproxima-se da proposta de “extensionalizar” o currículo discutida por Imperatore, Pedde e Imperatore (2015), uma vez que a extensão passa a integrar o planejamento dos componentes e a orientar parte das metodologias de ensino.

Apesar desses avanços, o levantamento evidenciou como principal desafio o aprimoramento dos registros e da avaliação sistemática dos impactos sociais alcançados. Os registros disponíveis permitem descrever as ações realizadas, suas estratégias e temáticas, mas ainda não oferecem elementos suficientes para mensurar, de forma consistente, os efeitos dessas ações sobre a comunidade. Essa limitação é recorrente no campo da extensão e está relacionada à própria complexidade de avaliar processos educativos e sociais. A Resolução CNE/CES nº 7/2018 prevê que a autoavaliação da

ISSN: 2358-8829

extensão integre os processos institucionais de avaliação, o que reforça a necessidade de instrumentos padronizados de registro, de indicadores qualitativos e quantitativos e de mecanismos de escuta da comunidade atendida sobre as ações desenvolvidas.

Outro ponto que merece atenção é a continuidade das ações. Parte das atividades concentra-se no período letivo de cada componente, o que pode limitar o acompanhamento de médio e longo prazo junto às comunidades. A articulação de ações de diferentes períodos e cursos em programas mais amplos, vinculados aos núcleos temáticos, pode favorecer a permanência dos vínculos com o território e a avaliação longitudinal dos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou o panorama das ações de curricularização da extensão desenvolvidas nos cursos de graduação da Faculdade do Baixo Parnaíba no semestre 2026.1. O levantamento, que abrangeu os cursos de Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Fisioterapia e Pedagogia e cerca de quarenta e cinco componentes curriculares, evidenciou uma diversidade de estratégias metodológicas, que incluíram visitas técnicas, rodas de escuta e conversa, levantamento de dados em campo, produção de cartilhas e informativos digitais, oficinas formativas, ações educativas em saúde e propostas de intervenção interdisciplinares, muitas delas com culminância em eventos abertos à comunidade.

As temáticas trabalhadas, organizadas nos núcleos de socioeconomia, jurídico, saúde e educação, mostraram-se sintonizadas com demandas relevantes do território, como a gestão organizacional, a sustentabilidade, a educação em direitos, a proteção de vulneráveis, a saúde em diferentes ciclos de vida e a educação inclusiva e antirracista. Conclui-se que as ações ampliaram o diálogo entre a instituição e o município, fortaleceram competências profissionais dos alunos e contribuíram para consolidar a extensão como dimensão formativa do currículo, em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e com as diretrizes nacionais.

Como desafio, destaca-se a necessidade de aprimorar os registros e a avaliação sistemática dos impactos sociais das ações. Recomenda-se a construção de instrumentos institucionais padronizados de registro, a definição de indicadores de acompanhamento e a incorporação da percepção da comunidade atendida nos processos de avaliação, em articulação com a autoavaliação institucional. Sugere-se, ainda, o fortalecimento de ações

interdisciplinares entre os núcleos temáticos e a organização de programas de maior duração, capazes de garantir continuidade às intervenções.

Por fim, espera-se que este relato contribua para o debate sobre a curricularização da extensão em instituições de ensino superior do interior do Nordeste e estimule novas pesquisas que investiguem, com participação da comunidade e dos alunos, os efeitos formativos e sociais dessas ações ao longo do tempo.

Palavras-chave: Curricularização da extensão; Educação superior; Indissociabilidade; Formação profissional; Comunidade local.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE

2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49-50.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Extensão universitária**: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 15., 2015, Mar del Plata. **Anais** [...]. Florianópolis: INPEAU/UFSC, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.